

RESENHA AVALIATIVA

CAPITALISMO E ASSÉDIO: UM VÍNCULO ESTRUTURAL¹

CAPITALISM AND HARASSMENT: A STRUCTURAL LINK

CAPITALISMO Y ACOSO: UN VÍNCULO ESTRUCTURAL

SAVANA DINIZ GOMES MELO¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0415-5344>
<sdgmufmg2@gmail.com>

RAFAELA CAMPOS DUARTE SILVA²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9405-0647>
<rafaela.campos@yahoo.com.br>

¹Universidade Federal de Minas Gerais. (UFMG). Belo Horizonte, Minas Gerais (MG), Brasil.

²Universidade Estadual de Minas Gerais. (UEMG). Ibirité, Minas Gerais (MG), Brasil.

INTRODUÇÃO

O estudo que antecede esta resenha avaliativa é intitulado “Produtivismo a qualquer custo? Gerencialismo e assédio moral na universidade”, em que o tema do assédio na universidade é analisado pela perspectiva teórica de autores da grande área da saúde, da psicologia e da sociologia do trabalho e da educação.

Esta resenha busca refletir sobre o tema do assédio a partir de concepções distintas daquela adotada pelos autores do artigo e de algumas correntes teóricas que concentram suas atenções nas instituições (normas, costumes, regras e estruturas que moldam a interação social e econômica sem focar em classes sociais) ou que tratam o tema como uma patologia individual, um problema comportamental ou ético, despolitizando suas raízes materiais e históricas.

Busca-se situar o assédio como parte integrante da lógica de dominação do capital sobre o trabalho. Propõe-se refletir sobre o tema a partir da teoria social de Karl Marx² e de autores marxistas. Para tanto, procura-se resgatar a origem histórica, as motivações e as características do assédio, presente e persistente em todas as organizações que exprimem e reproduzem a lógica capitalista, inclusive a universidade.

¹ Editora participante do processo de avaliação por pares aberta: Suzana dos Santos Gomes.

² A teoria social de Karl Marx pode ser encontrada em sua vasta obra, com destaque para o livro *O Capital: crítica da economia política* (Marx, 2013), em que descreve o funcionamento do capitalismo e suas contradições internas, com uma análise crítica das relações de produção, circulação e acumulação de capital. Demonstra também como o capitalismo transforma o trabalho humano em mercadoria e explora as dinâmicas de exploração e alienação.

CAPITALISMO E ASSÉDIO: ORIGEM E MOTIVAÇÕES

Em sua essência, o assédio está intrinsecamente ligado à propriedade privada dos meios de produção, ao surgimento do Estado³ e à exploração do homem trabalhador pelo proprietário. Suas raízes remontam à dinâmica do trabalho explorado, como a escravidão na Antiguidade, em que o abuso por parte dos donos de escravos e a imposição de condições humilhantes e violência eram usuais.

A escravidão se caracterizou de diversas formas e esteve presente em diferentes contextos históricos. Enquanto na Antiguidade baseava-se principalmente em prisioneiros de guerra, no contexto colonial das Américas, baseava-se na exploração de indígenas. Posteriormente, baseou-se no tráfico de africanos para atividades como a monocultura da cana para a produção de açúcar. Desse modo, a escravidão africana para o Brasil, iniciada pelos portugueses no século XVI, foi motivada pelo alto lucro do tráfico e pela necessidade de mão de obra nas colônias.

Segundo Ianni (1998), que explorou a questão racial e o escravismo em seu estudo sobre a sociedade brasileira sob a ótica marxista, com foco na racialização do mundo e no imperialismo, o escravismo foi um dos pilares para a acumulação de capital no sistema econômico que sustentou o capitalismo. Representou a base da acumulação do capitalismo. Ianni argumenta que a abolição não foi um fim do processo, mas a transição para novas formas de exploração e desigualdade social.

A teoria social de Marx, ao desvelar a sociedade capitalista e suas contradições, demonstra como ela é fundada na exploração dos trabalhadores, que, expropriados dos meios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho em troca de salário. O capital busca manter e maximizar a exploração do trabalho enquanto o trabalhador busca garantir a sua sobrevivência e de sua família por meio da relação salarial.

No capitalismo o assédio é exercido contra os trabalhadores a fim de discipliná-los, com o objetivo de submetê-los ao ritmo, às normas e à lógica da produção capitalista. Trata-se de uma das formas de garantir a expropriação, por meio do medo, da pressão e do controle dos trabalhadores. Consiste, portanto, em uma forma de violência funcional à manutenção da exploração e à intensificação da extração de mais-valia, própria do capitalismo. O assédio no ambiente de trabalho emerge como mecanismo de gestão desse conflito estrutural. Ele não é exceção à racionalidade capitalista, mas parte integrante das estratégias de poder praticadas para manter o controle sobre o trabalho vivo. Seja ele moral, sexual ou institucional, o assédio responde à lógica de disciplinamento presente nas instituições, mas que, sob o capitalismo, assume uma função específica: garantir a obediência e a produtividade em uma relação social marcada pela desigualdade estrutural.

Desse modo, o problema de origem reside na própria ordem capitalista, fundada na exploração e na opressão, que se manifesta permanentemente nas relações sociais de produção. Assim, somente a superação do capitalismo, sob a perspectiva da emancipação humana, pode pôr fim ao problema do assédio no âmbito da vida produtiva em geral, que se expressa de forma explícita ou implícita em todos os espaços e instituições da sociedade.

CAPITALISMO E ASSÉDIO: CARACTERÍSTICAS ATUAIS E SUA EXPRESSÃO NAS UNIVERSIDADES

O assédio pode ser caracterizado como condutas abusivas exaradas por meio de palavras, comportamentos, atos, gestos, escritos, que podem trazer danos à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, além de pôr em perigo o seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho.

³ Sobre a origem da propriedade e do Estado, ver: Engels, 1997.

Na universidade, o assédio assume nuances específicas, que se relacionam ao estágio atual de desenvolvimento do capitalismo, sob o chamado neoliberalismo. São estruturados novos modos de gestão do trabalho e da vida, visando o aumento da produtividade sob a retórica de busca de eficiência e eficácia. O trabalhador no ambiente acadêmico, seja técnico-administrativo ou docente, é levado a adotar um perfil empreendedor: ser eficiente, demonstrar postura dócil perante as normas e regras, sem questioná-las, além de assumir as demandas e o ideário imposto pela administração. Paralelamente, verificam-se a crescente flexibilização da legislação protetiva do trabalho, o aumento e a intensificação do trabalho e o progressivo rebaixamento salarial dos trabalhadores da educação pública, como ocorre com o conjunto da classe trabalhadora no país, em decorrência do ajuste estrutural em curso há pelo menos três décadas, aprofundado sob a vigência do novo arcabouço fiscal (NAF).⁴

Novos modos de controle do trabalho são estabelecidos e aprimorados pelas instituições, consolidando um falso ideário de modernização e flexibilização da jornada. Assim, a aferição do cômputo da jornada e o alcance das progressões funcionais se dão a partir da descrição detalhada das atividades realizadas e do alcance de metas específicas, muitas vezes inatingíveis para a maioria, dadas as suas condições objetivas de trabalho. Somam-se a esse cenário os cortes de financiamento das universidades, que pressionam, sobretudo, os professores, os quais devem buscar recursos externos para o desenvolvimento de projetos. O escasso recurso público destinado a bolsas e ao financiamento de pesquisas, aliado às exigências estabelecidas pelas agências de fomento e instituições, pressiona os professores a se inserirem na lógica produtivista, demandando que produzam mais em menos tempo, em detrimento da qualidade e da relevância social de suas atividades.

Nesse complexo contexto, nos últimos anos, sob forte pressão e denúncia dos servidores, as instituições vêm sendo cobradas pelo Estado e por seus agentes a apresentar intervenções com o objetivo de mitigar o assédio e seus desdobramentos – como se a origem do problema residisse de forma anômala nessas instituições e como se o próprio Estado não fosse a estrutura fundamental da violência no capitalismo. Sobre esse tema, entre os anos de 2023 e 2024, o Tribunal de Contas da União (TCU) realizou auditoria específica para avaliar a existência e eventuais resultados de sistemas e práticas de prevenção e combate ao assédio em universidades federais. A partir dos resultados obtidos na Auditoria Operacional, promovida junto às universidades federais, o TCU elaborou o Acórdão nº 505/2025, que determina providências a serem tomadas ~~por~~ em cada universidade, a fim de criar ou aperfeiçoar sistemas e práticas de prevenção e combate ao assédio nesses espaços, considerando normas e boas práticas de referência.

Percebe-se um duplo movimento por parte do Estado nessa iniciativa. De um lado, oferece uma resposta à pressão dos servidores; por outro, transfere às instituições a responsabilidade por questões intrínsecas ao modo de produção capitalista – questões que são inelutáveis para a sua manutenção, continuidade e expansão.

Em decorrência do acórdão supracitado, as universidades vêm se organizando no sentido de implementar políticas institucionais de prevenção e combate ao assédio, mas obviamente o fazem de modo incipiente e ineficaz, já que a raiz do problema não é tocada.

⁴ O novo arcabouço fiscal aprovado pelo Governo Lula III como Lei Complementar nº 200/2023 revogou o antigo teto de gastos (Emenda Constitucional nº 95/2016) e promoveu ajustes na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O NAF reafirma como prioridade absoluta o pagamento da dívida aos banqueiros, através da busca do superávit primário (receitas menos despesas, descontando os juros da dívida) em detrimento dos investimentos públicos. Mantém e perpetua uma política econômica que visa a transferência de riquezas produzida pelos trabalhadores e o conjunto da população a banqueiros e bilionários. É uma sequência da política, espoliação e pilhagem, eliminando até mesmo a possibilidade de mecanismos de contenção e amortecimento do impacto social, como foram outrora o Bolsa Família ou o Auxílio Emergencial arrancado durante a pandemia.

Como desdobramento do acordo, foi criado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), em parceria com duas universidades – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) –, o aplicativo Trabalho sem Assédio com o objetivo de conscientizar trabalhadores, empresas, o poder público e a sociedade civil quanto à importância da prevenção e do combate à violência, à discriminação e ao assédio no trabalho, além de recomendar mecanismos de proteção e de denúncia. Em sua essência, o aplicativo cumpre a funcionalidade de: canalizar, orientar, controlar e individualizar as manifestações dos servidores e demais envolvidos sobre as situações de assédio, além de reduzir a pressão coletiva que poderia chegar à raiz do problema.

Mesmo que essas ações possam surtir algum efeito momentâneo sobre a realidade desses trabalhadores, o problema do assédio, em suas múltiplas manifestações, permanece latente nas estruturas institucionais e tende a reaparecer reiteradamente – sobretudo em ocasiões em que o conflito estrutural do capitalismo se torna explícito e coletivo, como ocorre nas greves dos trabalhadores. Não raro, os gestores assediam os trabalhadores para evitar a adesão ao movimento coletivo da categoria em busca de melhores condições de trabalho. Em geral, esse tipo de assédio é direcionado a professores mais jovens e inexperientes, bem como àqueles que possuem vínculos empregatícios mais frágeis, como os professores substitutos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como teorizado por Marx, o capital é produtor e reproduzidor das relações sociais capitalistas, e as forças produtivas do trabalho surgem como forças produtivas do capital. Sua lógica perpassa todos os espaços da sociedade, ainda que haja resistências individuais e coletivas por parte dos trabalhadores.

Desse modo, as violências e o assédio no ambiente de trabalho acadêmico decorrem da forma como o trabalho é organizado nas universidades, ou seja, da lógica capitalista. Como expressão desse processo, configuram-se os diversos tipos de violência e assédio, que podem até ser mitigados ocasionalmente, mas jamais superados. Ao contrário, em contextos de crise econômica e política, como o que o capitalismo mundial atravessa atualmente – marcado pela privatização dos serviços públicos, inclusive das universidades – essas práticas tendem a se intensificar. A Reforma Administrativa proposta pelo Executivo Federal, defendida por empresários e pelo Congresso Nacional, prevê, entre outras medidas, a extinção da estabilidade dos servidores públicos (federais, estaduais e municipais), com aprovação anunciada para o segundo semestre de 2025. Essa reforma promete ser a gota d'água para o desmonte dos serviços públicos, abrindo espaço para parcerias público-privadas e contratações temporárias de trabalhadores. Por essa razão, configura-se como prenúncio da amplificação das práticas de assédio nas universidades e em todas as demais instituições de ensino do país.

A superação da violência e do assédio, fundados na exploração, somente é possível de ocorrer se e quando a propriedade privada dos meios de produção e o Estado forem extintos, dando lugar a uma outra sociedade, socialista e revolucionária, em que toda a riqueza produzida pelos trabalhadores possa ser planejada, organizada e distribuída entre os próprios trabalhadores, sob a base das necessidades humanas.

REFERÊNCIAS

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado** (1884). São Paulo: Escala, 1997.

IANNI, Octavio. **As metamorfoses do escravo**. São Paulo: HUCITEC/Scientia et Labor, 1998.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

Submetido: 07/10/2025

Aprovado: 15/10/2025